

DS

ARTIGO

PODEM OCORRER DESASTRES NATURAIS EM MATO GROSSO

O ano de 2022 começou com uma sequência de desastres naturais. Entre os que tiveram uma maior repercussão na mídia, está a queda de blocos em Capitólio-MG, que causou a morte de 10 pessoas, as enchentes que afetaram muitas cidades no país e os deslizamentos, que destruíram casarões históricos. Devido ao impacto na mídia e uma crescente preocupação da sociedade, em Mato Grosso, o Governo do Estado não tardou em fazer uma visita ao portão do inferno, situado na MT 251, entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães, para verificar a situação do local. Porém será que ações como esta, de fato contribuem para uma gestão correta de áreas de risco? Este texto aborda sobre o que está sendo feito, ou melhor, o que não está sendo feito, para garantir a segurança e proteger a vida do cidadão no estado. Devido a diversidade geológica, geomorfológica, as características climáticas e de uso e ocupação do solo, em muitos locais de Mato Grosso podem ocorrer processos como formação de grandes erosões lineares, deslizamentos, quedas de blocos, rastejo, colapso de cavidades subterrâneas, inundações, terremotos entre outros. A frequência e a intensidade com que esses processos ocorrem varia ao longo do tempo, porém é fato que eles continuarão a acontecer. Para reduzir os impactos econômicos, ambientais e a perda de vidas, o desenvolvimento de estudos, a gestão territorial correta e o monitoramento de áreas de risco são fundamentais. O mapeamento de áreas de risco pode ser realizado por diversas instituições estaduais ou federais, como por exemplo, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Porém o ordenamento destas áreas, o monitoramento de forma rotineira e as ações de orientação junto a população, devem ser realizadas por algum órgão da gestão do estado ou de municípios. E aí começa o problema. Profissionais como geólogos, são fundamentais para mapeamento e gestão de áreas de risco. Estes profissionais compõem alguns órgãos do governo, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e na Companhia Mato-grossense de Mineração (METAMET), porém nestes locais eles trabalham com temáticas como gestão de recursos hídricos e mineração, e não o mapeamento e gestão de áreas de risco. Ou seja, hoje nenhum setor técnico do governo trabalha de forma permanente para evitar desastres. Uma alternativa para resolver esse problema, seria a defesa Civil ter uma equipe técnica permanente multidisciplinar, com estrutura para aplicar o previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Se o estado quase nada faz para evitar desastres, muitos municípios, até mesmo pela pouca estrutura e disponibilidade orçamentária, também não conseguem realizar as ações necessárias. Desta forma, o cidadão fica à mercê, correndo riscos que poderiam ser evitados ou reduzidos. Mas essa situação precisa mudar, só basta o governo estadual querer. Realizar um concurso para constituir um núcleo de técnicos na Defesa Civil, que tenham condições de colocar em prática a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, assim como dar todo suporte para os municípios. Trabalhar para prevenir desastre é a melhor escolha. Isso protege a vida das pessoas, a natureza e até mesmo a economia local. Não podemos mais ficar vivendo uma cultura de culto aos desastres, onde se busca holofote e palanque em meio tragédias que poderiam ser evitadas. Precisamos de um estado técnico e que faça seu papel de realizar rotineiramente e de forma permanente as ações e estudos necessários. Investir em prevenção é investir em segurança para você.

Trabalhar para prevenir desastre é a melhor escolha

mento de forma rotineira e as ações de orientação junto a população, devem ser realizadas por algum órgão da gestão do estado ou de municípios. E aí começa o problema. Profissionais como geólogos, são fundamentais para mapeamento e gestão de áreas de risco. Estes profissionais compõem alguns órgãos do governo, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e na Companhia Mato-grossense de Mineração (METAMET), porém nestes locais eles trabalham com temáticas como gestão de recursos hídricos e mineração, e não o mapeamento e gestão de áreas de risco. Ou seja, hoje nenhum setor técnico do governo trabalha de forma permanente para evitar desastres. Uma alternativa para resolver esse problema, seria a defesa Civil ter uma equipe técnica permanente multidisciplinar, com estrutura para aplicar o previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Se o estado quase nada faz para evitar desastres, muitos municípios, até mesmo pela pouca estrutura e disponibilidade orçamentária, também não conseguem realizar as ações necessárias. Desta forma, o cidadão fica à mercê, correndo riscos que poderiam ser evitados ou reduzidos. Mas essa situação precisa mudar, só basta o governo estadual querer. Realizar um concurso para constituir um núcleo de técnicos na Defesa Civil, que tenham condições de colocar em prática a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, assim como dar todo suporte para os municípios. Trabalhar para prevenir desastre é a melhor escolha. Isso protege a vida das pessoas, a natureza e até mesmo a economia local. Não podemos mais ficar vivendo uma cultura de culto aos desastres, onde se busca holofote e palanque em meio tragédias que poderiam ser evitadas. Precisamos de um estado técnico e que faça seu papel de realizar rotineiramente e de forma permanente as ações e estudos necessários. Investir em prevenção é investir em segurança para você.

Caiubi Kuhn, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabíola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra

© DIÁRIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

f

www.facebook.com/jornalds

ig

@diariodaserra

SEM CARNAVAL

SES vê cenário mais confortável em julho

Secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo

Secretário aponta imprudência de gestores que decidirem liberar festas

LISLAINE D. ANJOS / Midia News

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, afirmou que vê possibilidade de um cenário da pandemia da Covid-19 “mais confortável” em meados de julho deste ano, caso a população “tenha juízo” agora e aborte aglomerações e festas de Carnaval. A afirmação foi feita ao avaliar a nova onda de Covid-19 vivida no país após as festas de fim de ano, em razão da alta disseminação da variante Ômicron. Segundo Figueiredo, a projeção a longo prazo é incerta, uma vez que o cenário epidemiológico é

avaliado diariamente, mas se a população continuar se vacinando, a chance é de um cenário mais otimista do que o atual.

“Acredito sim que em julho teremos uma situação muito mais confortável do que temos agora, basta que nós, agora, tenhamos juízo e não façamos o que alguns estão tentando fazer: acreditando que a pandemia já acabou e adotando medidas que contrariam 100% de tudo o que foi dito até agora”, criticou.

Contrário à realização do Carnaval em razão da nova subida no número de infectados e internados pela Covid-19 no Estado e no Brasil, Figueiredo alertou os gestores municipais a agirem com prudência, até mesmo para evitar sobrecarregar o sistema de saúde.

“Toda grande aglomeração, um contingente desse

tipo, vai sim ampliar a possibilidade de disseminação da Covid, vai colapsar o sistema”, disse.

Ele fez um alerta maior para cidades pequenas que, conforme salientou, nem mesmo possuem assistência suficiente para atender a demanda da própria população e que, por isso, acabam inchando o sistema de municípios vizinhos, como a Capital.

“Quem está em município que não tem capacidade assistencial – como exemplo Chapada [dos Guimarães], que tem somente uma UPA com limitações – seria imprudência realizar um evento dessa natureza”, disse.

“Cada gestor é eleito e tem responsabilidade sobre as decisões que toma, mas basta verificar o crescente número de casos que ocorreu por conta dos festejos de fim de ano”, completou.

SUPERLOTAÇÃO

Sem leitos de UTI, pacientes de Tangará poderão ser transferidos para Cuiabá

Redação ds

Todos os 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Covid do Hospital Municipal de Tangará da Serra, pactuados junto ao Estado e União, chegaram a sua ocupação máxima nesta quarta-feira, dia 19, e estão sem condições de receber novos pacientes.

No caso das enfermarias, os internados superaram em

quatro os leitos disponíveis – chegando a 140%.

Diante da falta de leitos, pacientes que evoluírem para casos graves a partir de agora terão que ser transferidos para hospitais de Cuiabá e/ou outras cidades do Estado.

Atualmente, de acordo com o boletim epidemiológico, mais de 300 pessoas estão em tratamento contra Covid em Tangará da Serra – em sua grande maioria em isolamento

domiciliar, e 10 internados em UTI e outros 14 internados em enfermaria.

Dos pacientes internados na UTI Covid, oito são de Tangará da Serra e outros dois de Diamantino.

Já os óbitos somam 364, sendo o último registrado na madrugada de terça-feira, dia 18 – um homem, de apenas 29 anos, que estava na UTI Covid, com quadro associado de cirrose hepática. Ele não havia tomado nenhuma dose da vacina.